

Devassa na Câmara

Isadora Stentzler
isadora.stentzler@rac.com.br
Ronnie Romanini
ronnie.filho@rac.com.br
Thiago Rovêdo
thiago.rovedo@rac.com.br

O presidente da Câmara de Campinas, Zé Carlos (PSB), e o advogado comissionado do parlamentar na Casa de Leis, Rafael Creato, foram alvos de uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que apura cobranças de propinas para a manutenção ou prorrogação dos contratos de execução de serviços terceirizados junto ao Poder Legislativo. Segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), as investigações continuam e novas diligências serão realizadas futuramente.

Investigação começou no segundo semestre do ano passado

Foram cumpridos mandados na residência do vereador, no Conjunto Habitacional Padre Anchieta, em casa de Creato, em Jundiá, outro no seu escritório de advocacia em Campinas, na Câmara Municipal e no Teatro Bento Quirino, onde atualmente funciona o gabinete do presidente e outros setores da Casa. Houve a apreensão de diversos documentos, computadores, pen drives e aparelhos de telefone celular.

De acordo com o promotor do Gaeco, Rodrigo Lopes, a investigação começou a ser realizada no segundo semestre do ano passado, após denúncia feita pelo também vereador Marcelo Silva (PSD) junto ao MPSP. O órgão apontou que após Zé Carlos assumir a presidência da Câmara, em janeiro de 2021, ele começou a chamar as empresas que prestam serviços terceirizados na Casa de Leis e a propor pagamento de propina para que os contratos continuassem a ser renovados.

"Eram pedidos genéricos de dinheiro, com uns valores



Agentes do MP e Gaeco recolhem documentos em cumprimento a um mandado de busca e apreensão contra o presidente da Câmara, Zé Carlos

ARREBENTOU!

Denúncia de corrupção põe Zé Carlos na mira de operação do Gaeco

MP apreende documentos, computadores e celulares nas casas do presidente da Câmara e do seu advogado Rafael Creato

mais baixos e outros mais altos, dependendo do tamanho da empresa. Os investigados chegaram a falar para uma das empresas que se ela não pagasse o que era devido, já haveria outra prestadora de serviço que estava disposta a pagar", afirmou o promotor.

O promotor Felipe Bertolli informou também que há gravações que corroboram com as acusações, nos quais é possível identificar tanto Zé Carlos, como Creato, pedindo a propina para que os contratos fossem renovados. A empresa Grupo Mais, por exemplo, responsável pela TV Câmara, foi uma das que receberam proposta para repassar dinheiro. O promotor ressaltou que, conforme apurado até agora, nenhum dos empresários fez qualquer tipo de pagamento.

"Quando ele [ZÉ CARLOS] passou a desconfiar que estava sendo gravado, ele pediu para deixarem celulares e rádios no banheiro antes das reuniões acontecerem. Vamos aprofundar as investigações sobre outras empresas e outras diligências podem ser

feitas", disse o promotor. A operação foi denominada Lambuja. Participaram cinco promotores de justiça, sete servidores do MPSP e 43 policiais militares. De acordo com o órgão, a investigação prossegue para identificar outros eventuais casos de corrupção ativa, lavagem e ocultação de bens. Há também a apuração para identificar se alguma empresa pagou os valores pedidos pelo presidente da Câmara. A operação recebeu a denominação de Lambuja em alusão à cobrança ilegal feita pelos investigados para que empresários lhes concedessem vantagens pessoais, condição exigida para que os contratos firmados com a Câmara fossem mantidos ou prorrogados.

Mais uma

Esta é a segunda vez somente neste semestre que Zé Carlos virou alvo do MPSP. No final de julho, o promotor de justiça Angelo Carvalhães instaurou um inquérito civil que apura as denúncias contra o parlamentar por supostos crimes de rachadinha - quando um político fica com parte do salário dos seus assessores.

O promotor informou que, por não ter tido elementos suficientes para o arquivamento da denúncia, os indícios de participação nas supostas irregularidades continuam. O presidente da Câmara nega a prática da rachadinha, disse que prestou todos os esclarecimentos e que recorreu da decisão da promotoria.

Segundo Cavalhães, a decisão pela instauração de um inquérito civil e a continuidade das investigações contra o vereador Zé Carlos ocorreu pelo fato de quatro assessores parlamentares que trabalham com o político, dois na presidência da Casa e dois no gabinete, terem se negado a colaborar com a apuração das denúncias. De acordo com o promotor, os quatro assessores do parlamentar se recusaram a entregar, de forma espontânea, extratos bancários de suas contas à Promotoria.

Os vereadores de Campinas começaram a se movimentar após a operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que apura cobranças de propinas para a manutenção ou prorrogação dos contratos de execução de serviços terceirizados na Casa de Leis. Durante a tarde de ontem, vereadores compareceram à imprensa e desejaram a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) ou de uma Comissão Processante. Na primeira reunião ordinária da Câmara, ontem à noite, após a operação do Ministério Público, quatro vereadores apresentaram um requerimento conjunto solicitando a abertura de uma CEI. Principal alvo da operação, o presidente da Câmara, Zé Carlos (PSB), não compareceu à reunião, que foi presidida pela 1ª vice-presidente, a vereadora Debora Palermo.

Vereadores querem ouvir audiências antes de assinar pedido de CEI

A autoria do requerimento é do vereador Nelson Hossri (PSD), com a co-autoria de Paulo Gaspar (NOVO), Major Jaime (PP) e Marcelo Silva (PSD), sendo que esse último foi o autor da denúncia. Eles começaram os diálogos com os demais membros da Câmara, porém até o final do dia de ontem não tinham reunido as 11 assinaturas necessárias para dar andamento ao pedido. Hossri explicou o que pretende com a Comissão. "Vamos chamar todos os empresários que estão envolvidos nesses contratos. Vamos pedir a cópia integral dos contratos para poder dar uma resposta à população. O vereador disse acreditar que conseguiria as 11 assinaturas em até uma semana diante de fatos novos que podem sair nos próximos dias. Outros parlamentares tam-



Vereadores participam de sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada ontem à noite no Teatro Bento Quirino, sem a presença do presidente da Casa, Zé Carlos, alvo de denúncia

REAÇÃO NO PARLAMENTO

Hossri encabeça pedido para instalar CEI contra Zé Carlos

Vereador e mais três colegas tentam colher 11 assinaturas para investigar caso

bém acreditam que não deve demorar para que o conteúdo dos três audiós seja revelado. Alguns vereadores que ainda não assinaram o documento conversaram com a reportagem e demonstraram cautela até conhecerem o real teor das conversas. Hossri reconheceu que é necessário um pouco mais de tempo para que vereadores possam

estudar o caso antes da opção pela assinatura. "Você realmente precisa ter uma responsabilidade naquilo que está assinando. É uma fiscalização, não é brincadeira". O vereador Marcelo Silva prevê que o número de assinaturas será superior ao que é necessário. "Não posso cravar, mas passamos de 11 (vereadores assina-

ndo) a partir do momento em que eles se sentirem mais confortáveis. Uma coisa sou eu falando, eu tenho a minha consciência limpa do que costumo dizer (audiós). A partir do momento que eles tiverem ciência, vão ver que é um pedido escancarado de corrupção e de favorecimento." Marcelo informou que protocolou um pedido de acesso aos autos do processo, uma vez que foi criado. Em discurso na tribuna, a vereadora do PSOL, Mariana Condé, defendeu que os vereadores tenham acesso aos áudios e que a investigação deveria incluir os demais contratos de terceirização. Outros vereadores que conversaram com a reportagem defendem ter a mesma opinião. "Fa-

lei para o Marcelo Silva que esteja disposto a conversar. Conversando com o vereador Paulo Bufalo (PSOL), que é meu companheiro de bancada, falamos que queremos saber, ouvir, ver quais são os fatos concretos e estamos dispostos a dialogar. Entendo que precisamos fazer um pente fino nos processos de terceirização", defendeu Mariana.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5